

# SUMÁRIO

<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....</b>	<b>23</b>
<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>25</b>
<b>2. O CONSENSO NO PROCESSO PENAL.....</b>	<b>31</b>
2.1. A concepção habermasiana de consenso direcionada ao processo penal.....	41
2.1.1. A teoria da ação comunicativa e a formação de um consenso válido.....	42
2.1.2. A visão habermasiana de consenso no contexto da justiça criminal.....	51
<b>3. JUSTIÇA PENAL CONSENSUAL .....</b>	<b>59</b>
3.1. Aproximação conceitual.....	59
3.2. Fatores de emergência.....	62
3.3. Fundamentos legitimadores.....	65
3.4. Instrumentos e procedimentos .....	75
3.5. Controvérsias e críticas.....	97
<b>4. O MODELO NORTE-AMERICANO DE JUSTIÇA PENAL NEGOCIADA.....</b>	<b>121</b>
4.1. Noções sobre o processo penal estadunidense .....	122
4.2. O <i>plea bargaining</i> .....	127
4.2.1. As críticas e as reclamações por reformas no instituto do <i>plea bargaining</i> .....	138
<b>5. OS MECANISMOS DE SOLUÇÃO POR CONSENSO NO PROCESSO PENAL DE PORTUGAL.....</b>	<b>147</b>
5.1. Suspensão provisória do processo.....	148
5.2. Procedimento sumaríssimo.....	153

5.3. Mediação penal de adultos .....	158
5.4. Colaboração processual ou arrependimento.....	161
5.5. A confissão integral e sem reservas, seus efeitos e a ausência de previsão legal para a adoção de acordos sobre a sentença penal no modelo português.....	163
<b>6. OS ACORDOS CRIMINAIS NO BRASIL.....</b>	<b>169</b>
6.1. A renunciabilidade de direitos fundamentais no Estado Democrático de Direito .....	171
6.1.1. A admissibilidade da renúncia ao exercício de direitos fundamentais pelo acusado a partir da celebração de acordos criminais .....	185
6.2. Os instrumentos brasileiros de resolução consensual do processo penal.....	197
6.2.1. Composição civil.....	199
6.2.2. Transação penal.....	201
6.2.3. Suspensão condicional do processo.....	210
6.2.4. Colaboração premiada.....	219
6.2.5. Acordo de não persecução penal .....	246
6.2.5.1. A ampliação dos espaços de consenso no processo penal e a introdução do ANPP no ordenamento jurídico nacional.....	246
6.2.5.2. Conceito, natureza jurídica e constitucionalidade .....	248
6.2.5.3. Cabimento, requisitos e condições .....	254
6.2.5.4. Procedimento para a formalização da proposta de acordo e eventual recusa do Ministério Público .....	275
6.2.5.5. Homologação judicial do acordo, eventual recusa do juiz e cumprimento/descumprimento da avença.....	279
6.2.5.6. Vantagens, desvantagens e perigos .....	285
<b>7. CONCLUSÕES.....</b>	<b>293</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>299</b>